

RENATA FERREIRA DE LIMA VILHA

**A INCLUSÃO DE PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS EM AULAS
DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO ENSINO REGULAR**

Monografia apresentada como requisito parcial para conclusão do Curso de Licenciatura em Educação Física, do Departamento de Educação Física, Setor de Ciências Biológicas, da Universidade Federal do Paraná.

Turma W: Prof. Dr. Iverson Ladewing

ORIENTADOR: Prof. Cláudio Portilho Marques

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aqueles que estão sempre presentes na minha vida e a quem amo muito: Evaristo, Lucidalva, Carolina, Daniel e Felipe.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a grande contribuição deste estudo ao Professor Cláudio Portilho Marques pela ajuda e orientação, como também ao Professor Dr. Iverson Ladewig.

SUMÁRIO

RESUMO.....	v
1 INTRODUÇÃO.....	6
1.1 PROBLEMA.....	6
1.2 DELIMITAÇÕES.....	7
1.2.1 Local.....	7
1.2.2 Universo.....	7
1.2.3 Amostra.....	7
1.2.4 Época.....	7
1.3 JUSTIFICATIVA.....	8
1.4 OBJETIVOS.....	9
1.4.1 Objetivo Geral.....	9
1.4.2 Objetivos Específicos.....	9
2 REVISÃO DE LITERATURA.....	10
2.1 HISTÓRICO DA INCLUSÃO.....	10
2.2 INCLUSÃO DE PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS NO ENSINO REGULAR.....	13
2.2.1 A Educação Inclusiva.....	13
2.3 INCLUSÃO DE PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA.....	15
2.4 DESENVOLVIMENTO DE CRIANÇAS NORMAIS E CRIANÇAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS.....	18
3 METODOLOGIA.....	22
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	24
5 CONCLUSÃO.....	26
REFERÊNCIAS.....	28
ANEXOS.....	31

RESUMO

O objetivo deste estudo é analisar a conjuntura teórica da inclusão escolar de alunos portadores de necessidades especiais nas aulas de educação física no ensino regular. Particularmente, busca-se explicitar o papel da Educação Física dentro do processo de inclusão da pessoa portadora de necessidade especial. A inclusão no Brasil vem se intensificando, e não se restringe apenas ao contexto educacional, expande-se, também, para a área social, profissional e, mais recentemente, ao lazer e esporte. A inclusão surge para derrubar a prática da exclusão. A parte de observação dá-se na Escola Municipal Bento Munhoz da Rocha Neto, no município de Marechal Cândido Rondon, Paraná, especificamente de um aluno matriculado na pré-escola, e que está inserido num processo de inclusão.

1 INTRODUÇÃO

1.1 PROBLEMA

Como se pode verificar nos congressos (SOBAMA, 2001; CONBRACE, 2003) que tratam de assuntos relacionados às pessoas portadoras de necessidades especiais e propostas educacionais mais recentes (PCN; SEED-PR), o movimento inclusivo no Brasil na última década, vem sendo intensificado. As pesquisas, que possuem este tema como objetivo de estudo, não ficam restritas apenas ao contexto educacional, expandindo-se para investigações na área social, profissional e, mais recentemente, no lazer e esporte.

A idéia da inclusão surgiu para derrubar a prática da exclusão a que foram submetidas as pessoas deficientes, por vários séculos. A exclusão ocorria em seu sentido total, ou seja, as pessoas com deficiência eram excluídas da sociedade para qualquer atividade. Isso porque, antigamente, elas eram consideradas inválidas, sem utilidade para a sociedade e incapazes para trabalhar, estudar, características estas atribuídas indistintamente a todos que tivessem alguma deficiência, segundo SASSAKI (1997, p. 30-31).

Dessa forma, preconizando o âmbito educacional, observa-se que a educação é alvo de muitos estudos relacionados à inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais. Na Constituição Federal (1988), no artigo 208, parágrafo I e II, encontra-se – “O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ela não tiveram acesso na idade própria; atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”. E ainda, a mesma constituição, no artigo 205, preconiza a educação como direito de todos, como dever do Estado e da família, e será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Por outro lado, a busca de uma escola inclusiva não limita-se à política nacional, mas, a um fator mundial. A Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, seguida da Declaração de Salamanca e Linhas de Ação sobre Necessidades Educacionais Especiais, aprovada em 1994, garantem a “Educação para Todos”.

Essas declarações têm servido para rever políticas e práticas educacionais, representando um novo ponto de partida para milhões de crianças privadas da educação.

Assim, no contexto da Escola Inclusiva, pretende-se discutir qual é o papel da Educação Física para a inclusão escolar. Dessa forma, buscar-se-á, neste estudo, discutir o tema inclusão escolar através da Educação Física no ensino regular.

1.2 DELIMITAÇÕES

1.2.1 Local

A pesquisa foi realizada na Escola Bento Munhoz da Rocha Neto, estabelecida na Rua D. João VI, 1370 – Centro, na sede do Município de Marechal Cândido Rondon, Estado do Paraná, que tem como função, o Ensino Fundamental e Educação Infantil. Dedicar-se, também, no âmbito do Município, ao ensino em Classe Especial. (ANEXO 07)

1.2.2 Universo

Analisou-se um indivíduo da pré-escola da educação infantil, com faixa etária de seis a sete anos.

1.2.3 Amostra

A amostra a ser analisada será um indivíduo do gênero masculino, incluso na classe da pré-escola. Esta criança é uma pessoa portadora de necessidade especial apresentando dificuldades motoras.

1.2.4 Época

Os dados foram coletados no período de 25 de agosto até 12 de setembro de 2003.

1.3 JUSTIFICATIVA

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – lei 9394/96 de 20 de dezembro de 1996, preconiza no artigo segundo que “a educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Dessa forma, é direito de todos, seja uma pessoa com necessidades educacionais especiais ou não, freqüentar uma instituição de ensino regular para obter uma educação de qualidade.

Para garantir a participação de todos, torna-se imprescindível o rompimento de barreiras, pois, “a inclusão é o processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades educacionais especiais e, simultaneamente, estas se prepararem para assumir seus papéis na sociedade”. SASSAKI (1997, p. 41)

A inclusão escolar de pessoas com necessidades educacionais especiais é uma forma de proporcionar a essas pessoas o direito que possuem de uma vida normal dentro da sociedade. Ela se baseia nos princípios de aceitação das diferenças individuais, valorização de cada pessoa, convivência dentro da diversidade humana, bem como na aprendizagem cooperativa.

Porém, ainda se sabe pouco sobre a inclusão, principalmente no que se refere a Educação Física. Por desconhecimento, receio, ou mesmo preconceito, a maioria dos portadores de necessidades especiais foram - e ainda são - excluídas das aulas de educação física, embora se saiba que a participação nessa aula pode trazer muitos benefícios e essas crianças, particularmente no que diz respeito ao desenvolvimento das capacidades afetivas, da integração e inserção social. Por isso, justifica-se este estudo relacionado a inclusão, haja visto que é um movimento que está presente em algumas escolas do Brasil e até mesmo no Paraná.

Ressalta-se que este assunto é de suma importância, pois a inclusão de alunos portadores de alguma necessidade especial no sistema regular de ensino vem crescendo, principalmente depois das discussões geradas pela divulgação da Declaração de Salamanca, em 1994. Dessa, forma, há a preocupação de auxiliar as pessoas envolvidas nesse processo, como os professores de educação física que já atuam ou irão atuar nesta área, para que tenham em mãos mais um documento que

possa auxiliá-las na tarefa de dar aulas a pessoas com necessidades educacionais especiais.

1.4 OBJETIVOS

1.4.1 Objetivo Geral

Analisar os pressupostos teóricos da inclusão escolar para os alunos com necessidade educacional especial nas aulas de educação física no ensino regular.

1.4.2 Objetivos Específicos

- Verificar o processo de inclusão da pessoa portadora de necessidade educacional especial nas aulas de Educação Física do Ensino Regular.
- Discutir o papel da Educação física no processo de inclusão da pessoa portadora de necessidade especial.
- Observar as dificuldades durante as aulas de educação física, o comportamento e o relacionamento entre o aluno portador de necessidade especial em relação aos seus colegas não portadores de deficiência e demais pessoas envolvidas no processo educativo.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 HISTÓRICO DA INCLUSÃO

O processo de inclusão da pessoa portadora de necessidades especiais é um fenômeno que tem pouco mais de meio século. Atualmente, diversos países apresentam ações avançadas na integração física e social dessas pessoas. No Brasil, conforme descreve WILL (1986) citado por SAINT-LAWIENT (1997); “o movimento da inclusão inicia-se na década de 80, tendo seu transcorrer histórico até os dias de hoje”.

A educação inclusiva visa reverter o percurso da exclusão de qualquer natureza e ampliar as possibilidades de inserção das crianças, jovens e adultos, em escolas regulares. A educação especial e as conseqüentes discussões sobre a forma de educar crianças com necessidades especiais demonstram novas tendências educativas que convergem para a integração e a inclusão. Cabe redefinir os termos, posto que, integração e inclusão, apesar de serem princípios e propostas semelhantes e compatíveis entre si, constituem conceitos diferentes, sendo a integração, anterior à inclusão; a inclusão é uma prática de inserção mais radical, completa e sistemática, afirma MANTOAN (1998).

Inclusão vai além da simples integração da pessoa ao ambiente escolar normal; implica não deixar ninguém de fora, desde o início da vida escolar. Ou seja, não é reintegrar, é integrar desde o primeiro momento, sem exclusão anterior. O conceito abriga não só a educação, mas todas as esferas da sociedade e, por isso, depende da contribuição de todos. Para SASSAKI, nos anos 60 e 70 a integração tinha como objetivo preparar o “modelo médico da deficiência, segundo o qual tínhamos que modificar (habilitar, reabilitar, educar) a pessoa com deficiência para torná-la apta a satisfazer os padrões aceitos no meio social” (1997, p.09). Já a inclusão, iniciada nos anos 80 e consolidada nos anos 90, baseia-se no modelo social da deficiência em que a sociedade deve preparar-se e modificar-se para receber essas pessoas e atender suas necessidades, comuns e especiais. Apesar de integração ser um termo muito utilizado, é menos completo, e pode-se considerá-la uma etapa anterior à inclusão, dentro do processo de transição da educação segregada para a forma atual.

MAZZOTA (1996) indica que a partir de 1990 se reconhece uma “tendência das ações governamentais para educação escolar integrada”, com a busca pelo MEC de “alternativas que viabilizem a inclusão de portadores de deficiência na rede regular de ensino”. FONSECA esclarece esta idéia ao afirmar que “a grande convicção do futuro é que as crianças deficientes tenham as mesmas e legítimas aspirações de realização pessoal e de participação e transformação social (1995, p. 196).

A partir da Conferência Mundial sobre a “Educação para Todos”, em Jomtien, Tailândia (em 1990) e da Declaração de Salamanca, na Espanha (em 1994), o Brasil assumiu o compromisso, perante a comunidade internacional, de combater a exclusão de qualquer pessoa do sistema educacional. Surge, então, o princípio da inclusão escolar, assegurada por meio das Diretrizes Nacionais da Educação Especial na Educação Básica, que busca garantir a escola para todos, nas classes de ensino comum, inclusive para os alunos portadores de necessidades educacionais especiais.

A inclusão é o modo ideal de garantir igualdade de oportunidades e permitir que crianças portadoras de necessidades especiais possam relacionar-se com outras crianças e estabelecerem trocas para poderem crescer. Na imitação e no espelhamento, elas e as outras crianças se desenvolvem; são necessários exemplos que as façam superar fraquezas e despertar potencialidades; a igualdade nos relacionamentos, isto é, aqueles ocorridos somente entre crianças com deficiências, não permite a troca de experiências, e estagna o desenvolvimento.

Para melhor entendermos a inclusão, podemos observar vários conceitos. Para MRECH (2001), a inclusão é:

“(...) atender aos estudantes portadores de necessidades especiais na vizinhança da sua residência; propiciar a ampliação do acesso destes alunos às classes comuns; propiciar aos professores da classe comum um suporte técnico; perceber que as crianças podem aprender juntas, embora tendo objetivos e processos diferentes; levar os professores a estabelecer formas criativas de atuação com as crianças portadoras de deficiência; propiciar um atendimento integrado ao professor de classe comum”.

Assim sendo, o processo de inclusão se refere a um processo educacional que visa explorar ao máximo a potencialidade da criança portadora de necessidade especial, na escola e na classe regular. Envolve fornecer o suporte de serviços da

área de Educação Especial através dos seus profissionais. A inclusão é um processo constante que precisa ser continuamente revisto.

Portanto, aos poucos, o processo de inclusão vem sendo aplicado em cada sistema social, na educação, no lazer, no esporte, no trabalho, etc. A perspectiva da inclusão é ampla, e abrange, em tese, todos os excluídos dos processos educacionais escolares, em especial, negros e mulheres. Nosso foco de análise, entretanto, privilegia as pessoas com deficiência que, historicamente segregadas nas escolas especialmente construídas para seu atendimento, parecem ter, agora, a possibilidade de serem incluídas em espaços pedagógicos não segregadores e de poderem conviver e aprender com alunos ditos normais.

Para melhor elucidar a interpretação do termo inclusão, citamos, ainda, FOREST e PEARPOINT (1997, p. 138-41), para os quais a:

"Inclusão não trata apenas de colocar uma criança deficiente em uma sala de aula ou em uma escola. Esta é apenas a menor peça do quebra cabeça. Inclusão trata, sim, de como nós lidamos com a diversidade, como lidamos com a diferença, como lidamos (ou como evitamos lidar) com a nossa moralidade. (...) Inclusão não quer absolutamente dizer que somos todos iguais. Inclusão celebra, sim nossa diversidade e diferença com respeito e gratidão. Quanto maior a nossa diversidade, mais rica a nossa capacidade de criar novas formas de ver o mundo. (...) Inclusão é reconstruir nossos corações e nos dar as ferramentas que permitam a sobrevivência da humanidade como uma família global".

SANTOS (1997) prossegue afirmando que ainda há muito a ser discutido/esclarecido a respeito das diferentes conotações que a inclusão pode assumir em diferentes cenários. No cenário educacional, foco do nosso interesse, ainda persistem a confusão, a perplexidade e a insegurança dos profissionais da educação quando se discute a temática, seja no viés das teorias, seja no viés da intervenção. Problemática histórica, a educação institucional de pessoas deficientes nos últimos 50 anos, apesar de avanços significativos, não chega a perspectivar uma inclusão social plena. O que quer dizer que a pessoa portadora de necessidade especial ainda não é pensada na sua dimensão cidadã, como pessoa detentora de direitos sociais, como também de participação política e acesso aos bens culturais, sejam eles simbólicos, sejam eles instrumentais.

Vale ressaltar que, numa visão ampla da inclusão, o pessoal envolvido nesse processo vai desde aquelas pessoas responsáveis pela portaria, passando pelo pessoal da limpeza, cozinha, administração, equipe pedagógica, culminando com o

total do quadro docente. Sem a participação efetiva da totalidade do quadro do pessoal do estabelecimento de ensino, a inclusão tornar-se-á impraticável.

Nesse contexto, absolutamente necessário, vê-se que a inclusão é um processo demorado, que exige treinamento de pessoal, envolvimento solidário, persistência sem limites. Somente assim, a inclusão se dará tal qual foi e é idealizada.

2.2 INCLUSÃO DA PESSOA PORTADORA DE NECESSIDADE ESPECIAL NO ENSINO REGULAR

2.2.1 A Educação Inclusiva

A educação para todos é um dos inalienáveis direitos cívicos, onde o conceito de igualdade expresso na frase “igualdade de oportunidades”, deflagra mais um fator de crise que sinaliza a busca de diferentes práticas pedagógicas, principalmente quanto às relações sociais.

Segundo proclama a Declaração de Salamanca (1994, p. 23-25):

“Escola inclusiva deve reconhecer e responder às necessidades diversas de seus alunos, acomodando ambos os estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos através de um currículo apropriado, arranjos organizacionais, estratégias de ensino, uso de recurso e parceria com as comunidades. (...) O desafio que confronta a escola inclusiva é no que diz respeito ao desenvolvimento de uma pedagogia centrada na criança e capaz de bem sucedidamente educar todas as crianças, incluindo aquelas que possuam desvantagem severa. O mérito de tais escolas não reside somente no fato de que elas sejam capazes de prover uma educação de alta qualidade a todas as crianças; o estabelecimento de tais escolas é um passo crucial no sentido de modificar atitudes discriminatórias, de criar comunidades acolhedoras e de desenvolver uma sociedade inclusiva”

Por Educação Inclusiva se entende o processo de inclusão das pessoas portadoras de necessidades especiais ou de distúrbios de aprendizagem, na rede comum de ensino em todos os seus graus.

A UNESCO (1994, p.47) refere-se à inclusão nos seguintes termos:

“O princípio fundamental da escola inclusiva consiste em que todas as pessoas devem aprender juntos, onde quer que isto seja possível, não importando quais dificuldades ou diferenças elas possam ter. Escolas inclusivas precisam reconhecer e responder às necessidades diversificadas de seus alunos, acomodando os diferentes estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando educação de qualidade para todos mediante currículos apropriados, mudanças organizacionais, estratégias de ensino, uso de recurso e parcerias com suas comunidades”.

A inclusão se torna um grande benefício para estudantes com, ou sem, deficiências. A maioria descobre ser capaz de atos solidários e cooperativos, desde cedo, tornando-se mais compreensiva, tolerante e confiante nas relações com o outro. Oferece-se espontaneamente para colaborar com colegas, especialmente com aqueles que apresentam deficiências. Os estudantes sem deficiência, participando de uma Educação Inclusiva, passam a ter uma vasta gama de modelos de papéis sociais, de aprendizagem e de redes sociais.

Os estudantes portadores de necessidades especiais, quando inseridos na Educação dita regular, desenvolvem, da mesma forma, a apreciação pela diversidade individual, passando a adquirir experiências diretas relativas à variação natural das capacidades humanas. Ao se oferecer a eles condições iguais de ensino, demonstrarão, também, crescente responsabilidade, e aprendizagem acelerada. Sentir-se-ão bem preparados para a vida adulta em uma sociedade tão diversificada quanto a escola, que deve reproduzir a vida como ela é e não como gostaríamos que fosse. FONSECA (1995) afirma que “a escola terá de adaptar-se a todas as crianças, ou melhor, à variedade humana” (p.202). E ainda, “é falso e displicente supor que as crianças deficientes não dispõem da capacidade de aprendizagem. Nelas a disposição é outra, mais lenta e diferente, mas isso não quer dizer que tal condição seja extinta ou ausente” (p.206).

Segundo essa visão de mundo, todos são diferentes, nem melhores ou piores, acumulando potencialidades para crescer e se superar; com necessidades particulares que devem ser aceitas e atendidas por uma sociedade democrática. MANTOAN (1998) defende que “podemos reunir os problemas suscitados para inclusão de deficientes num conjunto de respostas pedagógicas que buscamos para desvendar sua competência, porque esses alunos têm o direito de viver desafios para desenvolver suas capacidades e de conquistar autonomia social e intelectual,

decidindo, escolhendo, tomando iniciativas, em função de suas necessidades e motivações”.

Portanto, uma escola que inclua, efetivamente, alunos portadores de necessidades especiais no ensino regular, será aquela em que as diferenças culturais não sejam transformadas em deficiências escolares e em que o próprio percurso escolar não venha a constituir-se como produto de deficiências. O educando deve ser compreendido como um ser humano, dotado de sentimentos, elaborações mentais, e capacidades, sendo a deficiência interpretada como uma de suas múltiplas características. A educação inclusiva implica na criação de alternativas metodológicas que contenha em seus princípios a operacionalização de meios para proporcionar a compactuação das experiências, tanto individuais quanto coletivas.

2.3 INCLUSÃO DA PESSOA PORTADORA DE NECESSIDADES ESPECIAIS NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA

O compromisso assumido pelo Brasil perante a comunidade internacional, garante a todas as crianças a oportunidade de participação ativa em todas as atividades escolares, incluindo as aulas de Educação Física. Isso implica uma política educacional que inclua, no sistema de ensino, todos aqueles que, de alguma forma, dela não estejam se beneficiando. Como a inclusão passou a ser um desafio para todos os segmentos da sociedade, os profissionais da Educação Física vêem-se diante de uma situação que, até então, era pouco discutida, mas que agora merece atenção.

A construção dessa nova Educação Física não envolve apenas a necessidade de reavaliar conceitos, objetivos, perspectivas e atividades. Outros pontos fundamentais dessa lista é torná-la mais democrática e menos excludente. Para muitos, aulas de Educação Física são fontes de prazer e alegria, sempre bem esperadas dentro do período na Escola. A partir dessa característica, a Educação Física pode contribuir com o processo de inclusão de crianças portadoras de necessidades especiais na Escola Regular. Seus conteúdos e objetivos próprios contribuem para o melhor desenvolvimento da criança nos aspectos motor, cognitivo, afetivo e social.

É fundamental, para que o portador de necessidades especiais seja incluso nas aulas de Educação Física, que alguns cuidados sejam tomados. Primeiramente, deve-se avaliar o tipo de necessidade especial que o aluno tem, pois existem diferentes tipos e graus de limitações, que requerem procedimentos específicos. Outro ponto importante é em relação à situação de vergonha e exposição nas aulas de Educação Física. Pois, a maioria dos portadores de necessidades especiais possuem traços fisionômicos, alterações ou problemas de coordenação que se destacam das demais. Com isso, esses alunos portadores de necessidades especiais podem sentir-se rejeitados e excluídos perante os outros alunos, e esta é uma situação que pode ser remediada dependendo muito da atitude que o professor adotar (PCN, 2001, p.40–41). Segundo BAGATINI (1987, p. 41),

“o professor de Educação Física, principalmente, poderá contribuir para maior adaptação pessoal e social dos ‘excepcionais’, quando organiza jogos e brincadeiras dando oportunidade a essas crianças de libertar seus sentimentos de tensão, frustração, insegurança, agressividade, medo, da mesma forma que, em certas modalidades de terapias para adultos, o indivíduo resolve suas dificuldades”.

O espaço das aulas de Educação Física é (ou deveria ser) um espaço de liberdade, onde a criança se sinta à vontade para correr, brincar, pular, jogar e fazer atividades que não são permitidas na sala de aula. Na criança portadora de necessidade especial essa vontade de fazer atividades próprias de crianças, não é diferente das demais, pois ela também realiza essas tarefas, o que permite sua inclusão na escola normal e gera aceitação pelos colegas. A melhor fase para iniciar o processo de inclusão social é na escola, pois as ações corporais predominam sobre as mentais. Portanto, nota-se a importância de uma educação que privilegie o movimento corporal. Esse é o papel da Educação Física; levar “a criança a ampliar sua consciência durante os movimentos e não só fazer as coisas, mas perceber como faz” (GAIARSA, 1995, p. 30).

Segundo FREIRE (1989, p. 39-40), a criança é uma especialista em brinquedos, e nada melhor para sua aprendizagem do que proporcionar-lhe atividades lúdicas, de jogo e faz-de-conta, que contribuam para seu processo de aquisição de estruturas cognitivas e lhe permitam compreender melhor o mundo. “O ser que brinca é o mesmo que compreende. A criança que brinca em liberdade, podendo decidir sobre o uso de seus recursos cognitivos para resolver os problemas

que surgem no brinquedo, sem dúvida alguma chegará ao pensamento lógico de que necessita para aprender a ler, escrever e contar”.

A Educação Física auxilia o desenvolvimento de capacidades e habilidades acadêmicas, pois as experiências motoras estimulam o desenvolvimento das habilidades intelectuais. Afinal, “desenvolver a motricidade não é apenas apresentar maior rendimento em determinadas habilidades (...); bem mais que isso, significa adquirir melhores recursos para se relacionar com o mundo dos objetos e das pessoas” (FREIRE, 1989, p.56). A Educação Física trabalha com o intuito de estimular a inteligência pelo movimento, propiciando à criança portadora de necessidades especiais, condições de manipulação, experiência e descobertas pelo próprio corpo; torna a assimilação de conhecimentos mais efetiva e capacita a criança deficiente a obter melhor desempenho acadêmico desenvolvendo condições para sua inclusão escolar (REZENDE, 1997). A tarefa de auxiliar o desenvolvimento da inteligência por meio de atividades motoras é um importante papel da Educação Física nas escolas inclusivas.

O aspecto social também importa ao processo de inclusão, e o espaço da aula de Educação Física é uma boa oportunidade para se trabalhar relações interpessoais. À medida que as relações entre as crianças se estabelecem, seu comportamento social se manifesta mais claramente. Essa relação interpessoal ocorre de maneira privilegiada nas aulas de Educação Física porque, jogos, brincadeiras e esportes, são atividades que requerem organização, estabelecimento de regras, definições de papéis, cooperação, socialização, competição, autonomia. Atividades em grupo demandam colaboração de todos e, na maioria das vezes, todos se esforçam para conseguir realizar tarefas e se empenham em cumprir as regras.

“A aula de Educação Física pode favorecer a construção de uma atitude digna e de respeito por parte do deficiente e a convivência com ele pode possibilitar a construção de atitude de solidariedade, de respeito, de aceitação, sem preconceitos” PCN (2001, p.41).

2.4 DESENVOLVIMENTO DE CRIANÇAS NORMAIS E CRIANÇAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS.

O desenvolvimento motor é o resultado da maturação de certos tecidos nervosos, aumento em tamanho e complexidade do sistema nervoso central, crescimento dos ossos e músculos, portanto, são comportamentos não aprendidos, mas que surgem espontaneamente, desde que a criança tenha condições adequadas para exercitar-se. Somente em casos de extrema privação, ou de algum tipo de distúrbio ou doença, esses comportamentos não se desenvolverão.

Durante o primeiro ano, a rapidez do desenvolvimento da criança é extraordinária. Ao nascer o bebê conta apenas com os reflexos hereditários. No entanto, ao final do primeiro ano, entre outros comportamentos, será capaz de colocar-se na posição de pé e caminhar alguns passos sem apoio, compreender o significado de várias palavras, obedecer a ordens simples, como Sim, Não, Vem, Tchau, etc. O desenvolvimento é um processo que acompanha o homem através de toda a sua existência, abrange aspectos fisiológicos, psicológicos e ambientais contínuos e estão estritamente relacionados entre si.

O desenvolvimento motor pode ser visto pelo desenvolvimento progressivo das habilidades de movimentos, ou seja, a abertura para o desenvolvimento motor é dada através do comportamento de movimentos observáveis do sujeito PAIM (2002). O processo de desenvolvimento motor é apresentado através das fases dos movimentos reflexos rudimentares, fundamentais e especializados. Para cada fase do processo de desenvolvimento motor são indicados estágios com idades cronológicas correspondentes.

Segundo GO TANI (1988), para que hajam resultados mais eficientes para o desenvolvimento motor de uma criança, ocorre uma padronização dos movimentos. A aquisição destes padrões fundamentais de movimentos é de vital importância para o domínio das habilidades motoras. Os padrões fundamentais que podem ser divididos em: padrões de locomoção – permitem às crianças, a exploração do espaço e da manipulação – envolvem o relacionamento do indivíduo com um objeto; de equilíbrio – permite a criança manter uma postura no espaço e em relação à força de gravidade.

O desenvolvimento motor deve seguir uma seqüência, onde se deve respeitar a individualidade da criança. Porque, cada criança tem seu nível evolutivo. Não se

pode fazer uma criança andar, se ela ainda não consegue ficar de pé. Esta sequência de desenvolvimento deve ser bem compreendida, e respeitada, principalmente se tratando de crianças portadoras de necessidades especiais. Para estimular o desenvolvimento motor da criança portadora de necessidades especiais, é necessário que todos que lidam com ela conheçam detalhadamente os tipos de reflexos e padrões de movimentos primitivos da criança normal, de forma a não estimular a criança portadora de necessidades especiais a realizar movimentos demasiados avançados, ou que não sejam naturais na sua fase particular de desenvolvimento HOLLE (1990). A criança portadora de necessidades especiais precisa ter todo o tempo de que necessita para desenvolver-se e, acima de tudo, uma chance de movimentar-se. Não devemos tentar apressar a criança, mas, sim, reforçar sua atual etapa de desenvolvimento, quanto possível, de tal forma que ela possa entrar na próxima etapa, fácil e naturalmente, quando isto se tornar possível.

Não existem referências quanto ao desenvolvimento motor associado à idade cronológica em crianças portadoras de necessidades especiais. De um modo geral, tomam-se como referência parâmetros normais de desenvolvimento, e evidencia-se o atraso no desenvolvimento motor da criança portadora de necessidades especiais LOPES ; SANTOS (2002). Respeitadas, e compreendidas, as características particulares de desenvolvimento, muitos daqueles que apresentam alguma necessidade especial têm capacidade para atingir padrões motores maduros, se lhes derem oportunidade, e tempo, suficientes de prática.

Sendo o foco deste estudo a educação infantil, abordar-se-á o desenvolvimento motor na idade pré-escolar. A idade pré-escolar é considerada a fase áurea da vida, em termos de psicologia evolutiva, pois é nesse período que o organismo se torna estruturalmente capacitado para o exercício de atividades psicológicas mais complexas como, por exemplo, o uso da linguagem articulada PAIM (2002). Quase todas as teorias do desenvolvimento humano admitem que a idade pré-escolar é de fundamental importância na vida humana, por ser esse o período em que os fundamentos da personalidade do indivíduo começam a adquirir formas claras e definidas. As conquistas realizadas nesse período são de grande importância, e determinarão o grau de competência que o indivíduo ordinariamente terá.

Essa faixa etária, que abrange o período de cerca de 3 – 7 anos, caracteriza-se por um alto ímpeto para movimentos e brincadeiras, uma curiosidade acentuada

em relação a tudo que é desconhecido, uma grande alegria em relacionar-se, e uma acentuada prontidão para aprender. Uma pequena capacidade de concentração é o motivo para a grande troca de atividades desta faixa etária: a criança se ocupa de um grande número de jogos, que se formam de maneira incrivelmente variada e múltipla WEINECK (1991, p. 256).

O desenvolvimento motor da criança é contínuo, desde o seu nascimento, e a Educação Física ajuda a criar oportunidades para que a criança não pule nenhuma fase importante. Estas criações de oportunidades são de fundamental importância quando se trata de pessoas portadoras de necessidades especiais, pois são elas que mais necessitam de estímulos para seu desenvolvimento.

Para melhor verificar a importância da Educação Física para o desenvolvimento da criança normal ou portadora de necessidades especiais, observar-se-á alguns objetivos desta disciplina:

- Gerais: desenvolvimento físico e corporal; controle corporal; desenvolvimento das habilidades motoras; utilizar-se de seus movimentos em forma de comunicação e expressão; hierarquia de valores para viver em sociedade.
- Específicos: reconhecer o seu corpo e o do seu próximo; realizar movimentos independentes e agrupados, do simples ao complexo; definir sua dominância lateral.
- Orientação Espacial: orientar-se no espaço, em direção, localização e tempo; identificar e efetuar movimentos em diferentes velocidades e trajetórias.
- Qualidades Físicas: estruturar-se em movimentos de coordenação geral; equilibrar-se em diferentes posições, deslocamentos e postura; melhorar seu desempenho; resistência; flexibilidade; agilidade; velocidade; movimento dos pequenos músculos, tais como – pinçar, recortar, colar, costurar, separar, empilhar.
- Expressão Corporal: reproduzir movimentos corporais de – animais, posturas, pessoas e objetos; expressar-se em mímica; movimentar-se em diferentes ritmos; expressar-se em grupo ou com companheiro; vivenciar sentimentos através da dramatização, fatos, histórias, fantasias e música.

- Recreação: participar de atividades lúdicas; cooperação com o grupo; adquirir pequenas regras em brincadeiras em relação a espaço, material e tempo. (ALVES, 2003)

A Educação Física adquire papel importantíssimo na medida em que ela pode estruturar o ambiente adequado para a criança, oferecendo experiências, resultando numa grande auxiliar e promotora do desenvolvimento humano, em especial ao desenvolvimento motor, e garantir a aprendizagem de habilidades específicas nos jogos, esportes, ginásticas e danças. A preocupação que os profissionais de Educação Física deveriam ter, é em relação ao conhecimento sobre a aquisição e desenvolvimento dos padrões fundamentais de movimento, elegendo-o como foco principal para o desenvolvimento da Educação Física pré-escolar e séries iniciais no ensino fundamental.

3 METODOLOGIA

Para a elaboração deste trabalho foi realizada uma pesquisa bibliográfica para fundamentação. Conjuntamente, realizou-se um trabalho de campo com o aspecto de uma pesquisa participante onde procurou-se identificar a viabilidade, ou não, da prática da atividade de Educação Física pelo aluno portador de necessidades especiais, junto com seus colegas de sala de aula. Também foram adquiridos dados sobre a inclusão desses portadores de necessidades especiais nas aulas de Educação Física no Ensino regular.

Após a análise qualitativa dos dados, observa-se a relação entre o tipo de atividade (individualizada ou de grupo) e a participação (efetiva ou tangente) do aluno portador de necessidade especial; e as interações entre seus colegas, que apresentam percepções ambivalentes em relação a ele (aceitação e rejeição).

O período de abrangência de tal estudo foi de 25 de agosto a 12 de setembro de 2003. O trabalho de campo foi desenvolvido com alunos matriculados na pré-escola da Educação Infantil da Escola Municipal Bento Munhoz da Rocha Neto, mais especificamente nas aulas de Educação Física, tendo como ponto principal de análise um aluno portador de necessidades especiais, incluso nesta aula.

O aluno em questão é o Anderson, primeiro filho de uma prole de dois. A mãe do Anderson teve uma gravidez tranqüila, apesar dele ter nascido com sete meses. O parto foi normal. Por nascer prematuro, ficou na estufa por cinco dias. Anderson nasceu com problemas motores, mas logo fez uma cirurgia para corrigir estas dificuldades motoras, e agora anda com o auxílio de muletas.

Anderson ainda possui algumas dificuldades na área psicomotora. Sem as muletas, ou algum apoio, ele não se movimenta. Tem dificuldades no equilíbrio. Somente sentado consegue encaixar e arremessar uma bola com ambas as mãos.

No momento, Anderson é criado pela avó. Os pais são separados. A avó se preocupa com a educação e com o desenvolvimento do Anderson, que frequenta o Ensino Regular, faz fisioterapia e tem atendimento médico e psicológico. A avó não pode pagar por essa assistência. A Escola e o Governo Municipal dão apoio para o bem estar físico, social e psicológico do aluno. Na Escola, Anderson tem aulas de informática, artes, e tem auxílio e apoio dos professores, funcionários e colegas da Escola. Mesmo com suas limitações, o Anderson é uma criança que faz amizade

facilmente e se adapta ao meio e possui bom relacionamento com as pessoas (colegas, professores e funcionários).

Para a coleta dos dados, foi elaborado um cronograma onde constava dez aulas de Educação Física. No entanto, foram utilizadas apenas seis aulas para a análise dos dados (ANEXO 1-6). As aulas de Educação Física, da Escola em questão, possui frequência de duas vezes por semana com duração de 45 minutos cada aula. Para as aulas foram elaboradas atividades corporais, recreativas e cooperativas, visando a participação de todos os alunos, especiais ou não.

Durante o trabalho de campo, procurou-se observar a participação do aluno portador de necessidades especiais nas aulas de Educação Física, e sua ação (atuação) durante as atividades propostas, como também suas relações com seus colegas de turma e a relação destes colegas perante este aluno portador de necessidades especiais.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foi possível observar nas aulas de Educação Física, que a criança analisada é incluída nas aulas; os colegas de turma a aceitam sem preconceitos. Isso se deve a um longo processo de trabalho realizado entre os alunos da Escola Municipal Bento Munhoz da Rocha Neto. Tanto os professores de classe como o professor de Educação Física trabalham com o processo de inclusão em suas turmas.

Nas aulas de Educação Física, que foram desenvolvidas pela autora do presente trabalho, percebe-se que a Educação Física contribui para o desenvolvimento gradual do aluno, além de auxiliá-lo na compreensão de conteúdos e habilidades intelectuais. Por ser uma disciplina na qual a ludicidade, a liberdade e a individualidade se expressam, torna-se ambiente ideal para a aprendizagem tanto das crianças normais, quanto daquelas com necessidades especiais, e propicia o relacionamento entre elas. Deste modo, ao proporcionar o desenvolvimento integral, de aspectos motores, afetivos, cognitivos e sociais, a Educação Física capacita a criança especial a se incluir na sala regular e a fazer parte do sistema educacional comum.

A partir da análise dos dados, observou-se que a participação do aluno em questão foi mais efetiva nas atividades onde se trabalhou em grupo, mas também teve ótimas respostas em atividades do tipo individualizado. Sua participação foi em tempo integral. O aluno teve algumas dificuldades em atividades onde precisava utilizar as mãos, devido ao fato desse aluno utilizar um par de muletas para sua locomoção; e também seu equilíbrio e sustentação foram prejudicados. Mas, apesar do seu problema, executava as atividades dentro dos seus limites. Nas demais atividades, o aluno participou, juntamente com seus colegas, respeitando-se suas capacidades individuais.

Devido ao fato dessa turma de pré-escola estar junta desde o início deste ano (2003) e esta pesquisa ter sido feita em agosto e setembro de 2003, observou-se que a turma mantinha uma interação muito boa entre si e o aluno portador de necessidades especiais. Seus colegas o aceitavam sem rejeição. Isso se deve a um trabalho feito pela professora de Educação Física que, durante todo o ano, incentivou e trabalhou a aceitação e a inclusão deste aluno portador de necessidades especiais entre os demais alunos.

Assim, constatou-se que toda criança, com ou sem deficiência, tem o direito a se matricular na escola e ter uma educação adequada, competente e respeitosa. Sendo assim, será possível dizer que, todo aluno portador de necessidades especiais ou não, terá garantido na escola uma Educação Física que proporcione o desenvolvimento das suas capacidades, considerando suas características individuais.

5 CONCLUSÃO

Este estudo se desenvolveu com o propósito de explicitar o processo inclusivo de pessoas portadoras de necessidades especiais nas aulas de Educação Física no Ensino Regular. Para isto, abordou-se no primeiro capítulo, o assunto da inclusão. Nele constatou-se que o processo de inclusão é um direito de todos, seja no âmbito social, educacional ou esportivo. A inclusão não se trata apenas de inserir pessoas com necessidades especiais na sociedade, nas salas de aula ou escolas. Inclusão trata, sim, de um processo contínuo, onde não apenas se insira, como também inclua, o portador de necessidades especiais, dando-lhes oportunidades iguais às pessoas normais.

No segundo capítulo, explicitou-se o processo de inclusão de pessoas portadoras de necessidades especiais no ensino regular. Nele, desenvolveu-se o entendimento da educação inclusiva, que tem como objetivo a provisão de oportunidades eqüitativas a todos os estudantes, incluindo aqueles com necessidades especiais, para que eles recebam serviços educacionais eficazes, com os necessários serviços suplementares de auxílios e apoios, em classes adequadas à idade, em escolas da vizinhança, a fim de prepará-los para uma vida produtiva como membros plenos da sociedade. “Educação inclusiva é uma atividade de aceitação das diferenças, não uma simples colocação em sala de aula”. SASSAKI (1997, p. 122).

O terceiro capítulo tratou-se da inclusão de pessoas portadoras de necessidades especiais nas aulas de educação física, da importância da prática da Educação Física e esportiva para o desenvolvimento social, emocional, intelectual, como também, físico, dos alunos portadores de necessidades especiais. A Educação Física constitui um espaço de construção social de que todos participam e onde todos interagem. O espaço das aulas de Educação Física é uma excelente oportunidade de se trabalhar relações interpessoais. Essa disciplina contribui para o desenvolvimento da sua clientela, além de auxiliá-la na compreensão de conteúdos. Por ser uma disciplina onde a ludicidade, a liberdade e a individualidade se expressam, torna-se ambiente ideal para a aprendizagem tanto das crianças normais, quanto das com necessidades educativas especiais e propicia o relacionamento entre elas. Ao proporcionar o desenvolvimento integral de aspectos

motores, afetivos, cognitivos e sociais, a Educação Física capacita a criança especial a incluir-se na sala regular e a fazer parte do sistema educacional comum.

O quarto capítulo abordou o desenvolvimento motor das crianças normais e das portadoras de necessidades especiais. Este capítulo serve para compreender melhor o processo do desenvolvimento e da aprendizagem das crianças para, então, entender e analisar o porquê as crianças na faixa etária de seis a sete anos se relacionam tão bem umas com as outras. Portanto, neste último capítulo, constatou-se a possibilidade de trabalhar com o processo de inclusão de crianças dessa faixa etária, pois elas ainda não possuem uma imagem bem elaborada do que vem a ser o preconceito.

Como importante ponto de reflexão sobre as possibilidades inclusivas, colocam-se as atuais políticas públicas educacionais brasileiras. Afinal, em nosso país, a inclusão é decretada por lei, na esteira de documentos e propostas internacionais que perspectivam uma educação para todos. A inclusão é algo que não ocorrerá do dia para a noite, e não dependerá apenas da vontade dos interessados na Escola para Todos. Não é possível prever o tempo para se alcançar esse objetivo, mas é preciso iniciar o processo. Começar a realizar o sonho. Deixar de acreditar que as mudanças aconteçam tão somente ao se escrever sobre elas apontando caminhos teóricos para melhorar, sem consolidar a prática eficaz da inclusão. Se não, tudo será utopia.

Por ser um processo que exige não apenas o profissionalismo, mas, também, a boa vontade e solidariedade de todas as pessoas ligadas ao ambiente do ensino, por certo, a inclusão estará trilhando um árduo caminho, porém, sempre em direção à plenitude de todos os seres nela envolvidos.

REFERÊNCIAS

BAGATINI, V. F. **Educação física para deficientes**. Rio de Janeiro: Atheneu, 1987.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. São Paulo: Saraiva, 1989.

BRASIL. MEC. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial**. Brasília: MEC/SEESP, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da educação fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: Educação Física. Brasília: A Secretaria, 2001.

CONGRESSO BRASILEIRO DE ATIVIDADE MOTORA ADAPTADA, 4., 2001, Curitiba. **Anais...** Curitiba: Sociedade Brasileira de atividade motora adaptada, 2001. 227p.

Declaração de Salamanca e Linhas de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília: CORDE, 1994.

DESENVOLVIMENTO MOTOR 0 – 6 ANOS – **Etapas evolutivas da postura, capacidade de manipulação e locomoção**. Disponível em:
<http://www.geocities.com/Lourdes_mimura/desenvolvimento/motor0a6anos.html>
Acesso em: 06 nov. 2002.

FONSECA, V. da. **Educação especial: programa de estimulação precoce** – Uma introdução as idéias de Fuerstein. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

FOREST, M.; PEARPOINT, J. Inclusão: um panorama maior. In: MONTAÑAN, M. T. E. **A integração de pessoas com deficiência**: contribuição para uma reflexão sobre o tema. São Paulo: Memnon, 1997.

FREIRE, J. B. **Educação de corpo inteiro**: teoria e prática da Educação Física. São Paulo: Scipione, 1989.

GAIARSA, J. A. **Sobre uma escola para o novo homem**. São Paulo: Gente, 1995.

HOLLE, B. **Desenvolvimento motor na criança normal e retardada**. São Paulo: Manole, 1990.

BRASIL. Lei de diretrizes e bases da educação nacional. Lei n. 9394/96. Curitiba: APP – Sindicato, 1997.

LOPES, V.P.; SANTOS, M. Z. B. dos. **Desenvolvimento das habilidades motoras básicas em crianças portadoras de deficiência intelectual**. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com>> Acesso em: 04 nov 2003. 8:30hs.

MANTOAN, M. T. E. e col. **A integração de pessoas com deficiência**: contribuições para uma reflexão sobre o tema. São Paulo: Memnom, 1998.

MAZZOTTA, M. J. S. **Educação especial no Brasil**: história e política. São Paulo: Cortez, 1996.

MRECH, L. M. **O que é educação inclusiva!** Disponível em: <<http://www.educacaoonline.pro.br>> Acesso em: 22 jul 2003. 10:00 hs.

Objetivos da educação física para a pré-escola. Disponível em: <<http://www.lucianaalvez.hpg.ig.com.br>> Acesso em 06 nov 2003. 9:00 hs.

OLIVEIRA, C. B. de. Inclusão educacional: intenções do projeto em curso. **Revista brasileira de ciências do esporte**, Campina, v. 23, n. 2, p. 7-212, jan. 2002.
Os direitos das pessoas portadoras de deficiência: Lei nº 7853/89 e Decreto nº 914/93. Brasília: CORDE, 1994.

PADILHAS, S. M. A; FREITAS, S. N. **A educação física adaptada no contexto da escola inclusiva**. Cinergis, Santa Cruz do Sul, v. 3, n. 1, p. 23-32, jan./jun. 2002.

PAIM, M. C. C. **Desenvolvimento motor de crianças pré-escolares entre 5 e 6 anos**. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com>> Acesso em: 04 nov 2003. 8:30 hs.

REZENDE, A. L. G. **Esporte e integração social**. In: Brasil: MEC, Anais do 2º Congresso Brasileiro, e 1º Encontro Latino Americano sobre Síndrome de Down. (p.305 – 307). Brasília: MEC, 1997.

SAINT-LAURENT, L. A educação e alunos com necessidades especiais. In: MANTOAN, M. T. E. **A integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema**. São Paulo: Memnon, 1997.

SANTOS, M. P. dos. **Educação especial, inclusão e globalização**: Algumas reflexões. Espaço-Informativo técnico e científico do INES, v. 7, p. 13-21, 1997.

SANTOS, M. P. dos. **A inclusão da criança com necessidades educacionais especiais**. Disponível em: <<http://www.regra.com.br/educação>> Acesso em: 15 maio 2003. 10:30 hs.

SASSAKI, R K. **Inclusão** – constituindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

Sociedade Brasileira de atividade motora e adaptada. Temos em educação física adaptada. [S.L.]: SOBAMA, 2001.

TANI, G.; MANOEL, E. J.; KOKUBUN, E.; PROENÇA, J. E. **Educação Física Escolar**: fundamentos de uma abordagem desenvolvimentista. São Paulo: EPU, 1998.

WEINECK, J. **Biologia do Esporte**. São Paulo: Manole, 1991.

ANEXOS

Os anexos abaixo de 01 a 06 referem-se ao período em que foram ministradas as aulas para fundamentação deste trabalho. Estes anexos estão em forma de relatórios, descrevendo o que sucedeu nas seis aulas utilizadas para a análise. O anexo 07 descreve, em breve palavras, um pouco sobre o histórico da escola onde foi feita a pesquisa.

Anexo 01:

O primeiro dia de aula e início da pesquisa de campo se deu no dia 25 de agosto de 2003. Inicialmente conversou-se com a Diretora Dilcilde Lermen e a professora de Educação Física Regina M. D. Trevisan da Escola Municipal Bento Munhoz da Rocha Neto, explicando-se como se daria o processo do estudo e o que seria feito.

Neste dia, pelo período da manhã, foi a primeira aula observada. A pesquisadora foi apresentada para os alunos pela professora Regina, tendo a oportunidade de conversar um pouco com os alunos (falar um pouco sobre si, o que iria fazer ali). Deu ajuda e participou da aula da professora Regina. Não foi ministrada aula neste dia, mas foram feitas as primeiras observações da amostra do estudo. Pode-se verificar o entusiasmo do aluno observado, pelas atividades das quais participou em todo o momento da aula (mesmo tendo algumas dificuldades). Devido ao fato da turma estar reunida, desde o início do ano letivo, não foi notada discriminação pelas crianças do colega portador de necessidades especiais, mas, segundo a professora, inicialmente não eram assim. Os alunos tinham um certo receio de chegar perto do Anderson (o aluno portador de necessidades especiais). A inclusão, e a aceitação deste aluno, foi bem trabalhado pelas professoras de classe e de educação física. Agora ele é incluído pelos outros alunos, não só nas brincadeiras em sala de aula como também nas rodinhas de conversa e recreação durante o intervalo (recreio).

Anexo 02:

No segundo dia de aula 28 de agosto de 2003, iniciou-se de fato, o estudo. Foi o primeiro dia em que se ministrou aula para os alunos da pré-escola. Durante as aulas foram passadas para os alunos: atividades recreativas, movimentos corporais

e cooperativos. Não houve dificuldades, neste dia, com relação às atividades. Não foram utilizados materiais, somente a quadra poliesportiva. A aula foi tranquila, houve boa aceitação pelos alunos. Por isso, não houve dificuldades em se controlar a turma. Deste modo, conseguiu-se observar melhor o Anderson. Ele era o aluno mais entusiasmado com a aula, na medida de seus limites, participando de todas as atividades. Não foi notada nenhuma alteração de comportamento entre os alunos. Pelo contrário, a turma se deu muito bem.

Anexo 03:

Terceiro dia de aula, 01 de setembro de 2003. As crianças estavam muito eufóricas, pois era a Semana da Pátria e a Escola iria participar do desfile de sete de setembro. Apesar da agitação dos alunos, a aula foi tranquila. Repassou-se para os alunos, atividades recreativas, utilizando-se materiais, tais como: corda, bambolês, cones, cabos de vassoura, etc. As crianças gostaram da aula. Constatou-se que, nesta aula, o Anderson teve algumas dificuldades em determinadas atividades e circuitos. Mesmo notando as dificuldades dele, nada foi adaptado, não foi modificada nenhuma atividade, pois, a intenção era verificar a reação dele perante exercícios que colocassem em prova suas limitações motoras. A princípio, o Anderson se sentiu acuado e desistia de fazer a atividade, mas, depois, com incentivos, tanto da pesquisadora quanto de alguns colegas, ele tentava executar o exercício à sua maneira. Observou-se que o Anderson se sentia encorajado e feliz, principalmente, por ver que suas limitações não são empecilhos para ele brincar e se divertir.

Anexo 04:

Quarto dia de aula, 04 de setembro de 2003. Foi o momento de arriscar. As atividades foram de cunho cooperativo e recreativo. Nesta aula, o único material utilizado foi, a bola. Este foi o dia no qual se observou mais dificuldades para trabalhar, principalmente com o Anderson. Ele, como já foi dito, para se equilibrar e locomover, utiliza-se do par de muletas. Desta forma, ambas as mãos ficam ocupadas quando ele está de pé. Por este motivo, a aula foi interrompida várias vezes para adaptar os exercícios. Mas, para fazer isso, foi pedido o auxílio dos alunos que ajudaram a modificar e melhorar as atividades para que elas pudessem ser executadas pelo Anderson. Inicialmente colocava-se em prática o exercício que havia sido planejado. No decorrer dos mesmos, os alunos criavam formas diferentes

de executar o exercício. Por iniciativa da pesquisadora os alunos normais faziam algumas atividades reproduzindo as condições das quais o Anderson dispunha para que todos os demais alunos da classe sentissem as dificuldades que o Anderson sentia. Foi interessante ver a criatividade dos alunos, e o respeito que eles tinham pelas limitações motoras do Anderson.

Anexo 05:

Quinto dia de aula, 08 de setembro de 2003. Não teve aula neste dia, devido ao fato da Escola ter participado do desfile de sete de setembro (domingo). Por este motivo modificou-se o cronograma. Foi antecipada a data da avaliação que seria feita somente no último dia de aula. Com a permissão da professora de classe foram usados alguns minutos da sua aula (09 de setembro de 2003) para fazer-se a avaliação. Foi adotada uma avaliação oral com as crianças. Foi perguntado a elas do que mais gostaram durante as aulas, que atividades preferiram, o que não gostaram, e sobre as dificuldades que sentiram durante as aulas. Os alunos estavam livres para falar tudo que lhes vinham na cabeça. Foi gratificante quando o Anderson falou que sentiu dificuldades em algumas aulas, principalmente nas que foram utilizados materiais, como na aula com bola, mas que adorou tudo o que foi feito. Não foi possível ficar muito tempo com os alunos, mas foi o suficiente para perceber que eles gostaram das aulas, principalmente o Anderson. Durante suas falas – dos alunos que opinaram –, não foi notada discriminação e preconceito pelo Anderson e pelas atividades que foram modificadas (adaptadas) para que sua participação fosse efetiva. Como já foi comentado, a inclusão do Anderson havia sido bem trabalhada pelos professores, por isso, não houve dificuldades em trabalhar com esta turma.

Anexo 06:

Sétimo e último dia de aula, 11 de setembro de 2003. Na aula anterior os alunos haviam dado idéias de atividades, as que eles mais gostavam de brincar. Então, optou-se fazer nesta última aula, como forma de despedida, as brincadeiras das quais eles mais gostavam. A aula foi tranqüila, ficaram livres para fazer o que queriam. Todos participaram da aula. O Anderson também participou, dando idéias de brincadeiras e participando delas. Neste dia constatou-se que os alunos estavam mais participativos, devido ao fato das atividades feitas serem aquelas com as quais eles tinham mais vivência. Não foram notadas modificações no comportamento em

relação ao Anderson. Pelo contrário, foi nesta aula que ele mais participou e brincou com os colegas de sala de aula.

Anexo 07:

A Escola Municipal Bento Munhoz da Rocha Neto – Ensino Fundamental, Educação Infantil e Especial, tendo como entidade mantenedora a Fundação Educacional de Marechal Cândido Rondon – Prefeitura, sita a Rua Dom João VI, nº 1370 – Marechal Cândido Rondon – Paraná, iniciou suas atividades em março de 1977, funcionando até 28/02/79 sob a administração da prefeitura Municipal de Marechal Cândido Rondon, com o nome de Grupo Escolar Professor Bento Munhoz da Rocha Neto, quando passou a ser administrada pelo Estado, de acordo com o decreto nº 6.338/79 de 21/02/79, fazendo parte do Complexo Escolar Marechal Cândido Rondon, com a denominação de: Escola Professor Bento Munhoz da Rocha Neto – Ensino de 1º Grau.

Em 8 de julho de 1983, através da Resolução nº 2.223/83, passou a denominar-se Escola Estadual Professor Bento Munhoz da Rocha Neto – Ensino de 1º Grau. Em 20 de dezembro de 1991, através da Resolução nº 4.323/91 passou a denominar-se: Escola Municipal Bento Munhoz da Rocha Neto – Ensino de 1º Grau e tendo como entidade mantenedora a Prefeitura Municipal.

Em 12 de janeiro de 1994, através da Resolução 192/94 passou a denominar Escola Bento Munhoz da Rocha Neto – Ensino de 1º Grau e mantida pela Prefeitura Municipal de Marechal Cândido Rondon.

Atualmente este estabelecimento de ensino atende:

- Ensino fundamental de 1ª a 4ª série, aprovado pelo decreto 6.338 de 21/02/79.
- Classe Especial de Deficientes Mentais (DM), aprovada mediante resolução nº 3.473/87 de 03/09/87 publicado do Diário Oficial nº 2.606 de 11/09/87.
- Centro de Atendimento de Deficientes Auditivos, aprovado mediante resolução nº 2.824 de 29/07/88.
- Centro de atendimento de Portadores de Deficiência Visual (CAEDV), aprovado mediante resolução nº 2.498/89 de 12/09/89.
- Educação Infantil, aprovado mediante resolução nº 92 de 05/12/94.